



Entrevista



Alejandro Echeverri



Carlos Mario Rodríguez

Em defesa da gestão compartilhada

Nomes de proa do Urbanismo Social – estratégia de intervenção que mudou a face da antes violentíssima Medellín –, os dois arquitetos colombianos acreditam que é preciso investir no desenho de políticas públicas centradas em um processo colaborativo e com a participação da comunidade. Só assim será possível fazer frente à “realidade crua” da descontinuidade dos programas. Isso, já no presente.

Tomas Alvim

Coordenador Geral

Rinaldo Gama

Coordenador de Conteúdo

Carlos Leite

Coordenador do Núcleo de Urbanismo Social

Assombrada pelo narcotráfico, Medellín, na Colômbia, foi considerada, na década de 90, a cidade mais violenta do planeta, com taxa anual de homicídios na casa dos 300 por 100 mil habitantes (a título de comparação, em 1999 a capital paulista registrou 35,2 mortes para cada 100 mil habitantes). No entanto, em 2013, Medellín receberia o título de cidade mais inovadora do mundo, em um concurso promovido pelo Wall Street Journal, em parceria com o Citigroup. O prodígio deveu-se ao Urbanismo Social, uma extraordinária estratégia de intervenção na cidade, especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade. A bússola desse processo, cujo alvo é a transformação real da vida das populações mais pobres, pode ser resumida em uma palavra: inclusão.

Na entrevista a seguir, feita por meio de teleconferência, os arquitetos Alejandro Echeverri e Carlos Mario Rodríguez, dois dos principais responsáveis pelo advento do Urbanismo Social de Medellín, atestam que o êxito da iniciativa deve ser atribuído a uma “grande concertação” da sociedade civil. O diálogo entre diferentes setores, com destaque para o papel do meio universitário e a participação das comunidades fragilizadas, começou anos antes da eleição do primeiro prefeito verdadeiramente comprometido com aquela plataforma de atuação destinada a superar a crise – o matemático Sergio Fajardo, cujo mandato cobriu o período de 1º de janeiro de 2004 a 1º de janeiro de 2008. A dupla de arquitetos, que trabalhou na gestão Fajardo, entende que o alcaide e sua equipe foram, antes de tudo, “executores” de uma agenda social – e não políticos com uma proposta, digamos assim, “autônoma”.

Apesar do sucesso do Urbanismo Social, Echeverri e Rodríguez destacam que nos últimos anos a população elegeu para o Executivo Municipal nomes que deixaram de priorizar a atenção para as zonas de maior carência social. A “perda do rumo” das políticas públicas voltadas para essa parte da população se revelaria desastrosa diante da pandemia de covid-19. O surto epidêmico atingiu em cheio os habitantes das regiões mais vulneráveis e, a exemplo do que acontece na maioria das cidades latino-americanas, Medellín enfrenta hoje profundos desafios em face das consequências da propagação do Sars-CoV-2.

“Não dá para pensar que podemos trabalhar e desenhar programas e políticas públicas tendo como pressupostos cenários ideais. A realidade crua mais factível é a da descontinuidade”, sublinha Echeverri, formado pela Universidad Pontificia Bolivariana (UPB) de Medellín, Loeb Fellowship da Harvard Graduate School of Design e cofundador e diretor do Urbam, Centro de Estudios Urbanos y Ambientales de La Universidad de EAFIT, também de Medellín. Por essa razão, insiste ele – que fez ainda o curso de Estudos Avançados em Urbanismo da Escola Tècnica de Arquitectura de Barcelona (ETSAB) –, deve-se investir no desenvolvimento “de novas figuras de gestão compartilhada e pública”. Afinal, depois de tanto tempo, os projetos que se mantêm de pé na cidade colombiana são justamente aqueles que foram formatados de maneira mais colaborativa desde a largada.

Tal postura representa uma autêntica profissão de fé no Urbanismo Social nascido em Medellín, professada por Echeverri ao lado de Rodríguez – que leciona na UPB, na qual também se formou, e atua na área de consultoria por meio de sua empresa, a Arquitectos Urbanistas A+U – como saída para se construir uma cidade mais justa, mesmo em circunstâncias dramaticamente adversas como a provocada pela pandemia. “A experiência do que vivemos deveria nos servir muito porque, se passamos por crises graves e fomos resilientes, fomos capazes de inovar, creio que temos condições para responder à crise atual – pelo menos deveríamos tê-las”, conclui o diretor do Urbam EAFIT.

Rinaldo Gama – Como surgiu a ideia de Urbanismo Social, estratégia de intervenção nas cidades que foi se difundindo mundo afora e hoje é conhecida em todo o planeta?

Alejandro Echeverri – O Urbanismo Social, implementado em Medellín, surgiu de algo que existe em outros lugares também, como no Brasil – a urgência das cidades latino-americanas e do Sul global de poder responder, de alguma forma, a certas necessidades, e de implantar ações que consigam melhorar e

transformar a vida da população dos espaços urbanos. Isso, na busca da inclusão; enfrentando e resolvendo questões que têm expressão nos casos de violência, por exemplo; concentrando as atenções em políticas e projetos com foco na construção de melhores histórias de vida nas zonas de maior vulnerabilidade social. Portanto, não se trata de um tema exclusivo de Medellín. Compartilhamos com muitas cidades as grandes diferenças sociais traduzidas no sistema de transporte, nos programas de educação, na habitação, nos equipamentos públicos, na gestão de risco – enfim, em temas que tocam as problemáticas de justiça espacial e de justiça ambiental.

Em Medellín, a crise dos anos 80 e 90, muito profunda, teve como consequência uma série de processos que trouxeram mudanças nas políticas públicas, nas lideranças políticas, em muitas organizações acadêmicas. Na gestão de Sergio Fajardo na Prefeitura, da qual fizemos parte, Carlos Mario e eu, trabalhamos para acelerar e confluir, a partir do conceito de Urbanismo Social, estratégias e projetos focados nos bairros problemáticos de Medellín para, através do conceito que denominamos Projetos Urbanos Integrais [PUI], fazer mudanças estruturais para melhorar as condições de vida na cidade.

RG – Em Medellín, as primeiras ações para enfrentar a crise daquele período se deram no plano policial-militar, já que havia uma situação de acentuada violência (a cidade chegou a ser considerada a mais violenta do mundo, com índice de homicídios de 300 por 100 mil habitantes). Na sequência, veio um trabalho que chama a atenção especialmente em dois aspectos, sobre os quais seria importante nos determos. São eles: 1) Em muito pouco tempo, foi possível entregar resultados para as populações vulneráveis, a partir da criação de equipamentos públicos de altíssima qualidade; e 2) A continuidade da própria política de Urbanismo Social. Sabemos o quanto isso é incomum, notadamente no Brasil, onde muitas vezes os projetos são marcados pela precariedade das construções destinadas às populações mais pobres e, também, pelo fato de que,

quando há mudança de governo, não existe o compromisso de dar continuidade a certos programas – mesmo que apresentem ótimos resultados – se porventura eles foram criados durante uma gestão política adversária.

Pergunto: Como Medellín pôde superar ambos os desafios, ou seja, rapidez e qualidade na entrega dos projetos para a população e continuidade do processo em vários mandatos sucessivos?

Carlos Mario Rodríguez – Vou acrescentar alguns pontos ao que Alejandro nos apresentou, pois vale a pena para complementarmos o quadro histórico, ainda que de maneira sintética.

Medellín é realmente jovem, constituída como cidade no princípio do século XX. Basicamente, nela se localizaram grandes empresas industriais, que geraram uma condição de forte competitividade. Muitas pessoas vieram, então, do campo para a cidade, nela se fixando de maneira informal. Instalavam-se nas ladeiras, em bairros ou favelas, exatamente como se passou em outras áreas urbanas latino-americanas, em um processo muito complexo de conflito entre o Estado e os povoadores, disso resultando uma ocupação que estaria no princípio de grandes problemas e de algum modo geraria efeitos perversos décadas mais tarde. Medellín se viu, então, nesta circunstância, mergulhada em um processo importante: como reconhecer o território – ter uma leitura do território e de sua população – não somente no aspecto físico mas também no intangível da relação com as comunidades? Como percorrer o território e reconhecê-lo com a população, para construir de maneira simultânea, com ela, os projetos que permitissem acordos capazes de levar à transformação?

Sob esse aspecto – da construção de um modelo de gestão pública territorial de aproximação dos territórios, após essa leitura com a população – é importante ressaltar a existência da Empresa de Desenvolvimento Urbano [controlada pela Prefeitura de Medellín, a EDU, onde Rodríguez e Echeverri atuaram no governo Fajardo, teve origem na Empresa Municipal do Parque de Santo Antonio, criada em 1993, e ganhou o novo nome em 2002], que mudaria a tradição que havia

em termos da relação Estado-sociedade. O que ocorria antes dela? Os governantes, quando chegavam ao poder, enviavam projetos aos bairros quase como um “presente”, ou seja, para que a população simplesmente os aceitasse, sem nenhuma possibilidade de discussão. Com a nova relação tivemos uma das bases para um modelo de gestão territorial que permitiu transformar de maneira muito rápida e muito consensual os processos relacionados aos bairros periféricos da cidade, os quais, dessa maneira, de fato se modificaram. Isso fez com que, entre 2004 e 2008, o espaço público passasse a ser visto como valor fundamental – o espaço para o “encontro cidadão”. Tratava-se de recuperar algo que, décadas antes, havia sido entregue para atores à margem da lei, devido à ação do narcotráfico.

Outro ponto ainda a destacar diz respeito ao tema da mobilidade. Um morador de regiões de acesso complicado, que tinha dificuldade para ir ao centro da cidade, passou a contar com um sistema de transporte público de qualidade, o Metrocable [teleférico inaugurado pela companhia local de Metro em 2004, fazendo com que Medellín fosse pioneira nesse tipo de uso de funicular, adotado depois, por exemplo, no Brasil, com o Teleférico do Alemão, no Rio]. E isso, sem dúvida, melhorava a sua qualidade de vida.

RG – A cidade, verdadeiramente, se transformava.

CMR – Sim, de fato. Dois temas finais:

1) Cada projeto que se empreendia dentro desse novo processo de metodologia e gestão do território deveria gerar saldos pedagógicos, e não se resumir simplesmente a uma infraestrutura como uma rua, uma ponte, uma escola. Ele deveria gerar coisas além, que conotavam relações muito mais fortes com as comunidades, construindo um capital social fundamental.

2) Normalmente, os candidatos aos cargos eletivos vão aos bairros, às favelas, e fazem muitas promessas, porém, após vencerem nas urnas, nunca voltam a aqueles bairros, àquelas favelas. Assim, a primeira meta a ser buscada em um governo deve ser gerar confiança, e essa confiança se produz implantando

projetos de pouco fôlego, pequenos, simples, os quais, sendo rapidamente realizados, geram credibilidade nas comunidades. Foi essa credibilidade que nos permitiu seguir com o trabalho de maneira mais sincronizada entre a sociedade e a municipalidade.

AE – Eu teria duas ou três ideias para acrescentar...

Tomas Alvim – Vou aproveitar e fazer uma pergunta antes. O entendimento das questões do território está claro. Vocês, no entanto, mencionam o problema da gestão. Como foi essa abordagem? Quais foram as competências e o conhecimento que vocês trouxeram para enfrentar a questão da gestão? Não é comum que arquitetos tenham expertise em modelos de gestão...

AE – Essa história não é só de arquitetos, ou “principalmente” de arquitetos. Digamos que eles são uma pequena parte; que o “projeto urbano” é importante. O que aconteceu em Medellín foram processos simultâneos, não intencionais ou coordenados pelos mesmos governos. Quer dizer, o governo nacional – porque estamos falando da estratégia de Urbanismo Social – se apoiou e se liderou muito a partir do governo municipal; mas o governo nacional, havia anos, estava implantando uma política de segurança etc. que veio a coincidir com a gestão Sergio Fajardo. Então, foi um timing perfeito; várias coisas que se juntaram ao mesmo tempo, sem que tivessem sido previstas – e isso facilitou o desenvolvimento da nova gestão.

Há algo não mencionado antes, contudo devemos ressaltar: não é que, necessariamente inventamos a roda. Tivemos processos anteriores importantes, de referência, na cidade; estudamos e aprendemos muito com o projeto Favela Bairro, do Rio de Janeiro [programa de urbanização e assentamentos, cuja primeira fase foi de 1995 a 2000], com as gestões de Antanas Mockus [prefeito de Bogotá em dois períodos, de 1995 a 1997 e de 2001 a 2004] e Enrique Peñalosa [que comandou a Prefeitura da capital colombiana entre 1998 e 2001; ele seria eleito de novo para atuar no cargo no período 2016-2019]. Estivemos também muito próximos e conhecemos detalhes dos programas de

melhoramento integral de bairros na Espanha, especificamente em Barcelona. Quer dizer: houve uma somatória de processos.

TA – Voltando ao aspecto mais específico das técnicas de gestão...

AE – Para falar do tema da gestão – que tem a ver com a rapidez de execução de projetos e com a articulação Estado-sociedade – precisamos observar que se trata de política. Eu não sou político, entretanto não poderíamos trabalhar sem uma construção coletiva. Houve em Medellín uma mudança política muito importante, provocada pela crise, que abriu a possibilidade de governos cívicos que, no nosso caso, começou com Sergio Fajardo e depois continuou com Alonso Salazar [2008-2011]. O governo que veio em seguida, de Anibal Gaviria [2012-2015], não era dessa linha, mas tinha muita afinidade.

Era muito pouco provável que esses nomes alcançassem o comando da Prefeitura da cidade. O êxito ocorreu porque houve uma construção prévia de líderes diferentes que chegaram, num espaço de confiança, a ter cargos públicos naqueles governos cívicos – e com uma liderança clara.

Para poder executar os Projetos Urbanos Integrais foi preciso elevar a capacidade técnica das equipes; foi preciso construir um novo espaço técnico e de gestão pública, incorporando o que já existia a novas figuras com conhecimento muito preciso e que se ajustaram às estruturas de governo.

Insisto, todavia, que um elemento diferenciador no tema do Urbanismo Social é o que definimos como processos e Projetos Urbanos Integrais. Eram programas que combinavam pressupostos de várias secretarias – de Transporte Público e Mobilidade, de Meio Ambiente etc. – aos temas da inovação, da cultura e da educação. Dessa maneira, foi possível implementar, de forma muito rápida, uma agenda pública nos territórios estratégicos de modo articulado e coordenado. Não poderíamos ter feito isso se não houvesse ocorrido uma profunda mudança política; se não tivéssemos um governo em que não existiam “interesses políticos” nas diferentes secretarias. Isso é cada vez mais difícil, eu sei, inclusive em Medellín, mas aquele foi um momento excepcional. Hoje, depois de vários

anos, vemos que que foi, sim, um momento excepcional, com aquela coordenação de pressupostos em gestão pública. Isso foi possível porque nos sentamos na mesa para trabalhar em equipe. Em Medellín e na Colômbia como um todo, há territórios de feudos politiqueros distintos nas secretarias. E, realmente: a diferença marcante naquela fase foi a de uma estratégia integrada. O prefeito semanalmente revisava tudo; reunia-se com as secretarias quatro vezes por semana.

TA – Qual foi o papel da “grande concertação” da sociedade civil de Medellín para viabilizar uma ambiência política favorável às ações de Urbanismo Social?

CMR – Antes de falar da concertação, gostaria de fazer algumas reflexões sobre os Projetos Urbanos Integrais. Isso porque o assunto está associado à preocupação que tenho sobre os processos de planejamento territorial.

Sempre se planejam para as cidades novas uma “renovação urbana”, quando um dos desafios interessantes é exatamente como montar um processo de reinterpretação das normas que permita atuar sobre territórios já construídos, e não chegar a converter esses territórios – que têm valores ambientais/espaciais/culturais importantes – a partir do zero. Esse aspecto é fundamental porque quando nos apoiamos em instrumentos de planejamento dos municípios, sempre nos defrontamos com a surpresa de que não se pode fazer nada porque estamos a tal distância de um rio, ou porque as ruas não podem ser de tal dimensão etc.– o que, voltando à questão de Tomas, vai requerer uma estratégia de gestão muito criativa, para seja possível e viável considerar os territórios de um modo consequente com a dinâmica por meio da qual eles cresceram e se desenvolveram.

No plano social, um dos pontos-chave do plano de desenvolvimento de Sergio Fajardo foi introduzir a ideia de “cidade corresponsável”, ou algo assim – não tenho um termo exato –, que significava entender que o problema do espaço urbano não era somente do Estado ou do governo municipal. Era uma bilateralidade: Estado/Município e sociedade; os dois lados com uma

responsabilidade conjunta para transformar o território. Sobre essa base de corresponsabilidade estiveram sempre, como exemplos, os projetos importantes que se desenvolveram na EDU, com um gerente externo da área privada; uma pessoa com experiência empresarial na cidade e que sempre apoiava as iniciativas sem cobrar honorário. Ou seja, havia uma articulação quando se falava da gestão institucional e intersetorial – do privado e do público, dos empresários e da universidade, de todos aqueles atores diretos e indiretos que participavam do território de maneira equitativa. Foi crucial construir cenários e linguagens comuns, que permitissem manter acordos para transformar os territórios.

AE – Ainda dentro do tema da gestão, eu complementaria lembrando que foram definidas umas figuras transitórias, temporais, para ocupar gerências, e que tinham capacidade de chegar ao prefeito diretamente; ou seja, não havia mediação – estavam no mesmo nível a Empresa de Desenvolvimento Urbano e a participação comunitária.

RG – Quer dizer: o que se verificava, portanto, era uma grande concertação empenhada em superar a crise (que, aliás, voltou a constituir uma ameaça nos dias atuais).

AE – A crise que tivemos no passado é muito diferente da de hoje em vários pontos, mas não é muito distinta em profundidade daquela que marcou os anos escuros, os anos complexos que tivemos em Medellín – na Colômbia inteira, na verdade; todavia, em Medellín foi onde ela se deu com maior intensidade, sobretudo na década de 90. Naquele momento, então, começaram as conversas, os encontros de atores, instituições e grupos comunitários que raramente se reuniam. Teve início um grande diálogo – e a cidade se fez mais transparente. Isso se traduziu nas eleições para a Prefeitura. A vitória de Fajardo naquele momento, com uma agenda política orientada para a cultura, a educação, esses temas da inclusão do ponto de vista territorial, refletiu os diálogos que já vinham acontecendo antes do pleito. As eleições, no fundo, os validaram, e o governo,

uma vez eleito, se manteve fiel a aquele programa. Tratou-se, portanto, de um círculo, que se converteu num momento virtuoso em que muitas coisas não planejadas se conectaram umas com as outras. E a ação de transformação do Urbanismo Social foi muito importante por materializar, nos espaços físicos reais da cidade, um pouco disso que estava ocorrendo antes das eleições.

TA – Podemos dizer que o prefeito e sua equipe eram muito mais “executores” de uma agenda social do que políticos com uma proposta autônoma? Que eles foram eleitos porque tinham uma agenda da sociedade a ser executada? Essa é uma discussão muito forte no Brasil atualmente.

AE – Estou de acordo. Creio que o trunfo do governo naquele momento foi saber “ler” esse processo que vinha acontecendo e lhe dar forma com rapidez, gerando as condições para materializá-lo em processo de transformação.

Carlos Leite – Houve uma sintonia plena.

AE – Sim, houve uma conexão entre o momento e os governantes. Isso, claro, nunca se dá de forma gratuita; se dá a partir da proximidade dos processos. Se você fala com Sergio Fajardo e outros como Alonso Salazar, eles dizem que nós construímos essa agenda caminhando pela cidade, conversando com as pessoas, dois, três anos antes da vitória nas eleições.

CL – Alejandro citou, de passagem, o cenário atual. Havia uma situação de crise no passado e existe uma situação de crise hoje. Vocês poderiam aprofundar um pouco esse ponto, especialmente levando em conta a pandemia? Se antes a crise foi superada por meio de uma grande concertação, qual seria a perspectiva de retomar aquela experiência vitoriosa, costurada por uma agenda norteadada pelo Urbanismo Social, para tentar solucionar as dificuldades do momento atual?

CMR – Acho que há uns seis ou oito anos mais ou menos perdemos um pouco o rumo do que se pretendia fazer com os projetos com os quais estávamos trabalhando. Creio que perdemos isso em Medellín nos últimos tempos. Os Projetos Urbanos Integrais, que foram parte dessa ideia de Urbanismo Social,

estruturantes mesmo dessa política, desapareceram das agendas dos prefeitos e, nesse sentido, um ponto fundamental é voltar a recuperar a imersão nos territórios, recuperar essa leitura, essa profundidade nos problemas dos territórios. Não digo isso pensando em se aplicar nenhum modelo que seja idêntico ao que se usou 14 anos atrás e sim em algo para conseguirmos melhorar as condições de qualidade de vida a partir de uma leitura muito mais profunda, mais clara e sobretudo mais “consertada” com as comunidades.

Hoje vivemos em Medellín conflitos políticos complicados, porém acho que o problema fundamental foi ter perdido o norte. Atualmente as condições são distintas das que existiam em 2004, 2008. Houve uma proliferação de equipamentos, de serviços, entretanto, existem, sem dúvida, territórios vulneráveis, em relação aos quais perdemos a possibilidade de indagar mais a fundo.

AE – Eu completaria dizendo o seguinte: crises não mudam muito a realidade, contudo, tornam visíveis os problemas reais que tivemos e temos há muitos anos. Além disso, tornam visíveis as fragilidades, a escassez de lideranças públicas e políticas e a necessidade de uma mudança nesse quadro; tornam visíveis o valor das alianças, o valor dos diálogos, de se construírem conversas mais ricas e de se gerarem processos que deem mais confiança para se poder trabalhar. Sem nenhuma dúvida acho que a experiência que tivemos nesses anos em Medellín deveria nos servir muito. Deveria porque estamos em um momento de crise profunda, crise política. Deveria nos servir muito porque, se passamos por crises graves e fomos resilientes, fomos capazes de inovar, creio que temos condições para responder à crise atual – pelo menos deveríamos tê-las.

As estratégias de Urbanismo Social foram, como já mencionamos aqui, se desfazendo nos últimos tempos. Elas deveriam se manter. Mas isso não acontece assim, e em política, tanto no Brasil como na Colômbia – e Medellín não é exceção –, não existe continuidade perfeita. Muitas vezes chegam

momentos de ruptura, como o que estamos vivendo. Então, as estratégias com as quais Medellín aprendeu a lidar com a crise não se revelaram soluções absolutas. Obviamente, uma agenda que se dedique a construir oportunidades e transformações nos territórios; a promover processos de inclusão; a romper barreiras sociais, com foco nos bairros populares, em processos colaborativos, sem dúvida alguma é mais do que pertinente hoje em dia.

Agora, há novas dimensões. Atualmente, a dimensão ambiental é uma agenda que não levamos em conta em sua integralidade. A biodiversidade, a contaminação, os resíduos devem fazer parte de uma agenda fundamental. Outro aspecto relevante: como se mobiliza hoje a opinião pública. As relações na atualidade se dão de forma muito mais horizontal. Deveriam ser desenvolvidas, portanto, estruturas de governos e planos de organização territorial mais sensíveis e dinâmicos na possibilidade de ajustá-los a tempo e do qual fizessem parte outras vozes também.

Do meu ponto de vista – e esta é uma reflexão pessoal –, fica uma lição muito clara: eu não poria todos os ovos nos governos. A realidade diz que a continuidade é muito difícil. Assim, deveriam se desenvolver novas figuras de gestão compartilhada e pública, plataformas de colaboração, projetos e programas que permitam um crescimento mais orgânico, mais fácil de replicar e que não seja tão vertical. Quais os projetos que, depois de tanto tempo, se mantêm em Medellín? São aqueles que se desenharam de forma mais colaborativa; em que mais vozes e mais atores participaram no princípio. É no desenho desses projetos que eu centraria atenção hoje, olhando para o futuro.

RG – A descontinuidade, a mudança de prioridades, a perda da bússola pegou Medellín num momento crítico que é esse que atravessa o globo, em razão da pandemia do novo coronavírus. O surto epidêmico universal escancarou a realidade das populações mais vulneráveis. Se o rumo não tivesse sido perdido, Medellín poderia estar enfrentando melhor as consequências devastadoras da propagação do Sars-CoV-2 sobre os mais pobres, não?

AE – Estou de acordo. O processo em Medellín teve uma continuidade imperfeita, como já frisamos antes. Não quer dizer que foi ruim, porém é impossível pensar que houve uma continuidade perfeita. Vários governos foram mudando a agenda de muitos processos sociais, o que foi debilitando sobretudo as zonas mais precárias. O que passa em Medellín nos leva à realidade da maior parte das cidades latino-americanas. Portanto, não dá para pensar que podemos trabalhar e desenhar programas e políticas públicas tendo como pressupostos cenários ideais. A realidade crua que é mais factível é a da descontinuidade. E quem mais sofre com esses processos são os bairros populares. Esse é o drama, porque os processos ali tomam muito tempo para se construir e são muito frágeis para cair na descontinuidade. Pois bem: como podemos trabalhar e desenvolver políticas viáveis que nos levem a estratégias de melhoramento nesse cenário? Essa é a pergunta central que temos dentro da ideia de Urbanismo Social.

Para concluir, não estamos falando de planejamento nem de estratégias; estamos falando principalmente de como esses processos se traduzem em transformações reais na vida das pessoas. No presente, não no futuro. Claro que é preciso fazê-lo no futuro; claro que é preciso que haja continuidade no futuro. Mas a realidade imediata é muito importante.

CMR – Ainda em relação ao problema da continuidade, de minha parte acredito que elas não sejam imperfeitas. Cada governo, mesmo sendo do mesmo partido, tem diferentes matizes e perspectivas e isso enriquece as políticas públicas apresentadas no desenvolvimento do território. Para mim o importante não é que hajam acordos de continuidade e sim perspectivas diferentes que alimentem o que se constrói sobre o construído. Quando começa a se perder o que iniciamos em 2004, não é que se esteja pensando em outra coisa e sim que caíram por terra os acordos fundamentais, a política global, de concepção integral; passou-se a dar importância, outra vez, a projetos independentes e com uma relação social bastante fragmentada.

TA – Falando agora de segurança, no Brasil de hoje vivemos um domínio total dos territórios vulneráveis pelo crime organizado. Há alguns lugares mais violentos, como o Rio de Janeiro, onde existem disputas entre facções e milícias organizadas a partir de integrantes do poder público, das forças militares; ou São Paulo, que tem organizações criminosas mais orientadas para o negócio, com um regramento de mercado, digamos assim, que permite uma pacificação menos violenta. No entanto, o domínio do território é cristalino. Vocês viviam algo mais próximo do que temos no Rio, em Fortaleza, em Natal, enfim, nos lugares mais violentos do Brasil, ainda que distantes dos indicadores da Medellín da década de 90. De qualquer maneira, como se dá na Colômbia esse arranjo territorial a partir da questão do crime organizado?

CMR – O tema da violência é bastante complexo. E em todas as cidades latino-americanas se dá o mesmo. Entretanto, lembro que em uma conversa que tivemos em São Paulo, veio à tona a história de um helicóptero sobrevoando as favelas do Rio e disparando nas comunidades, com o governador a bordo. De cara, esse não é o caminho. O caminho é de oportunidades. Não se pode entrar com força e violência porque a resposta virá na forma de força e violência. É preciso construir confiança, credibilidade.

Todavia, minha percepção quanto ao Brasil é de que a prática é atacar a violência com mais violência. Mais ou menos como se passou com em 2002 com a Comuna [uma enorme favela situada em uma encosta no oeste de Medellín]. Aquela era uma das zona mais violentas tomadas pelas guerrilhas urbanas e os paramilitares, que vivia em guerra com sociedade civil. Hoje, se você vai a Medellín, a Comuna 13 é uma área com o maior valor cultural e de raízes éticas da cidade, simplesmente porque desenvolveu uma ação que é, para mim, muito importante: evidenciar os territórios. Esses territórios, quando perdidos, não são visíveis; e se estão perdidos, encontram-se nas mãos dos atores à margem da lei. Porém, quando temos a possibilidade de que a cidade se articule de maneira formal com esses territórios, eles serão convertidos em territórios claramente perceptíveis, com seus integrantes transformados em cidadãos da cidade formal.

Lembrem-se que os projetos de ocupação dos territórios são ilegais e por isso eles são fragmentados em todos os sentidos – social, cultural, economicamente –, em todos os tecidos formais da dinâmica da cidade. Isso é o que tem que voltar a se articular, sem dúvidas, porque a saída está aí.

AE – Concordo com Carlos Mario. No fundo, o objetivo maior desse tipo de processo é que se construa esperança, que se estabeleça confiança, que se reconheça o outro para então tornar possível um movimento mais permanente no tempo. Nunca se vai construir algo junto com a comunidade se ela for estigmatizada desde o início. Se, por princípio, a agenda estigmatiza os bairros, porque são lugares de violência, a possibilidade de reverter esse processo para criar algo coletivo será muito difícil. Estamos falando da construção de um processo de confiança colaborativa.

No entanto, não se pode ser ingênuo. As redes de ilegalidade não dependem exclusivamente da cidade. São negócios que dependem de outras escalas. Nós não poderíamos trabalhar nos bairros da cidade durante a perseguição a Pablo Escobar [o chefe do cartel de Medellín, 1949-1993]. Estávamos em plena guerra, com bombas, nos momentos mais violentos da cidade. Seria muito difícil buscar transformação cívica ali, mas a confiança, essa sim, se constrói e abre um espaço de colaboração diferente.